

ALFABETIZAÇÃO / INVESTIGAÇÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Um estudo sobre a alfabetização no período filipino

NO TEMPO EM QUE OS PORTUENSES QUASE SÓ SABIAM «ASSINAR DE CRUZ»

A percentagem de homens da cidade do Porto e arredores que não sabia nem ler nem escrever por volta de 1600 deveria situar-se entre os 75% e os 80%, sendo o analfabetismo maior no campo que nas cidades, maior entre as mulheres que entre os homens e mais significativo entre o homem comum do que entre as elites sociais e do dinheiro.

É, pelo menos, esta a conclusão a que chegou o doutor Francisco Ribeiro da Silva, professor na Faculdade de Letras do Porto, na sequência de uma investigação sobre o período de domínio filipino, consubstanciada num trabalho intitulado «A alfabetização no Antigo Régime — o caso do Porto e da sua região (1580-1650)».

O estudo sobre quantos e quem eram os analfabetos ou os alfabetizados não é fácil para este período, sobretudo porque não havia nenhum «instituto nacional de estatística» que recensasse esses dados. Os investigadores têm, por isso, de dotar mão de expedientes por vezes imaginativos para encontrarem resposta aos problemas que a actualidade

primeira vez) os livros da Câmara Municipal da cidade, que incluem as Actas das Vereações, livros de Fianças, de Arrematação das Sisas e Rendas, da Imposição do Vinho, do Tombo Velho, etc..

No aspecto metodológico, o autor abre o seu estudo com a discussão sobre se será legítimo o recurso à assinatura como indicador do nível de alfabetização. Fundado nas conclusões de investigadores de cravaria internacional, aquele historiador portuense distingue, no seu estudo, quatro patamares: os que assinam; os que, por não saberem assinar, substituem a assinatura por qualquer sinal; os que assinam tão mal que se considera duvidoso que se possam escrever; e, finalmente, os que não assinam nem deixam qualquer sinal.

90% de analfabetos ao redor do Porto

O doutor Francisco Ribeiro da Silva começa por divulgar e ensinar uma tipologia dos «sinais mais comuns que substituíam a assinatura», sublinhando que «apenas os elementos de sexo masculino recorrem a sinais, quando não sabem assinar pelo alfabeto».

Depois de referir que o sinal mais comum é a cruz (de onde, possivelmente, a explicação para a expressão «assinar de cruz»), o autor aponta casos evidentes de siglas relacionadas com a profissão de quem as usa (de que as mais originais são as dos homens do mar, pilotos e mestres de nau), enquanto outras «fazem lembrar as que os pedreiros deixaram gravadas nas pedras dos edifícios que erguem». Mas este constitui um capítulo até certo ponto marginal na investigação de Ribeiro da Silva. O que ele de facto se propõe é «dentro dos limites cronológicos fixados, conhecer níveis de alfabetização de alguns sectores da população do Porto e das regiões próximas que com a cidade mantinham relações estreitas», estando fora do seu objectivo aprofundar e estabelecer «as relações entre a alfabetização e a escolarização ou outras vertentes de análise do tema estudado».

Relativamente às fontes rurais do termo do Porto (concelhos da Maia, Bouças — hoje Matosinhos —, Relações de Riba d'Áve, Aguiar de

Sousa, Penafiel; Gondomar e Gaia), o autor sustenta que a taxa de alfabetização andaria pelos 15% se se considerasse apenas a população masculina, sendo de presumir que, englobando as mulheres, essa percentagem descesse para os 10%.

É certo que os indivíduos cujo grau de instrução pôde ser avaliado foram aqueles que desempenharam algum cargo público que os obrigou a deslocar-se à Câmara do Porto para «perante a

crever. Com os «duvidosos», essa percentagem rondaria os 5%, percentagem que o autor julga corresponder de facto à taxa de alfabetização média das aldeias ao redor da cidade.

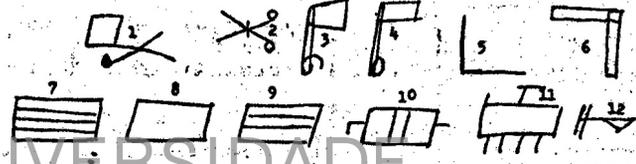
Relativamente aos grupos urbanos, a análise dos dados disponíveis sugere que o avanço da cidade sobre o campo era muito significativo no terreno da instrução. «Nos escalões em que se

Por MANUEL PINTO

alfabetização situado nos 80%.

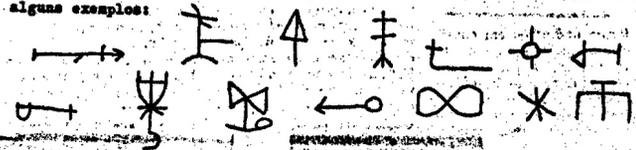
«Sei bem ler e muito bem escrever»

No entanto, quer os dados relativos aos mestrais quer os dos detentores de bens estão longe de darem uma ideia da realidade neste campo. Se se entrasse em linha de conta com as mulheres, ou com a análise da



O sinal 1 pertenceu ao mercante António Brás; 2 poderá querer dizer que quem o desenhou era alfaiate; o 3 e 4 pertenceram a fragueiros e lenhadores; 5 e 6 constituem sinal preferido de carpinteiro e pedreiro; os seguintes crenos pertenceram a lavradores; finalmente o 12 foi desenhado pelo Juiz de Matosinhos, Gonçalo Gonçalves, provavelmente pescador ou piloto.

Além, podemos acrescentar que os sinais mais originais e, às vezes, mais complicados pertenceram a pilotos e mestres de nau. Eis alguns exemplos:



Alguns exemplares dos «sinais» com que os nossos antepassados do Porto e arredores assinavam em documentos oficiais do acervo documental da Câmara Municipal.

governança da cidade, tomarem posse em prometerem, sob juramento, que cumpriram bem e verdadeiramente a missão de que eram incumbidos. No entanto, os elementos compulsados permitem uma aproximação ao grau de instrução da média dos habitantes. Nesta âmbito, terá interesse referir a situação verificada entre os chamados «oficiais das aldeias», que englobavam os jurados (com funções judiciais de pequeno âmbito), quadristros (a força policial da época, cada um apoiado por uma quadrilha) e coudéis ou juizes de montaria cuidavam da conservação das boas raças de cavalos.

Eram muitos os que liam e escreviam entre os «oficiais mecânicos».

Os dados obtidos acerca destes oficiais indicam que apenas 4.1% sabia ler e es-

crever a qualidade de cidade — escreve Ribeiro da Silva — a alfabetização atingiu e valeu máximos. Isto, como é bom de ver, diz-se apenas respeito à população masculina. Um grupo social estudado pelo investigador Francisco Ribeiro da Silva foi o dos oficiais mecânicos, os homens dos ofícios. Compulcando mais de mil actos de posse em que intervieram pessoas deste grupo, ele concluiu que sabiam assinar 432 dos 661 empoados (65.3%) e não o sabiam fazer 229, sendo 6% duvidosos. Nem todas as corporações apresentam o mesmo nível de alfabetização, situando-se no topo as dos ourives, dos sircueiros, ensabladores e vigieiros. Uma corporação como a dos pedreiros revelava-se medianamente alfabetizada, a demonstrar a sua importância social. Também os grupos detentores de bens (proprietários e mercadores) mostravam um índice de al-

instrução patenteada pelos quadristros urbanos, concluir-se-ia, ao opinião do doutor Francisco Ribeiro da Silva, que nos meios urbanos eram relativamente analfabetos.

Convidá, por fim, sublinhar que «é saber ler e escrever constituir, nos alhos da «opinião pública» da época, uma qualificação social importante, que quem possuía não deixava de exibir». E a prova disso reside nos sinais, detectáveis entre os oficiais mecânicos, de uma gradual alfabetização.

A própria literatura da época, de resto, não dá quadros convergentes com esta afirmativa. Recordando-se tão-somente algumas obras de Gil Vicente e, deus, «a figura caricatesca de João Pereira que, além de ler, sabia latim e gramática», ou ainda a do escrudeiro que, para convencer a mulher desatada, exclamava: «Sei bem ler e muito bem escrever».

OS JESUÍTAS E A INSTRUÇÃO

«Não foram poucas as dificuldades e as contradições que os jesuítas tiveram de suportar e superar para pôr de pé, no Porto, as suas classes de latim. É que, em breve espaço de tempo, experimentaram nos cidadãos e governantes um leque de atitudes que foi desde o pedido interessado da criação de aulas até à oposição mais radical ao seu funcionamento.

Além, tais sentimentos opostos poderão vislumbrar-se nas vicissitudes iniciais que rodearam a sua fundação: após determinado e resoluto de alguns e reservas e desconfiança da maior parte dos moradores que receavam que a criação do colégio acarretasse desordens para a vida quotidiana.

A dialéctica entre as duas atitudes opostas vai desenvolver-se e será uma constante. Não se trata, pelo menos de início, de se ser contra ou a favor dos discípulos de Santo Inácio. É aqui discordamos do grande historiador do Porto, que foi Magalhães Basto. A questão é mais profunda e tem a ver com a atitude das autoridades portuenses face à instrução institucionalizada. Ora, a governança não a favoreceu. O estudo da documentação deixa-nos a impressão que os dirigentes, embora não desprezassem as letras, temeram e afastaram a hipótese de a sua cidade se vir a tornar um centro intelectual.

Tal não quer dizer que não se encontrem medidas pontuais da Câmara a patrocinar a instrução, mas estas apresentam-se modestas e sem grandes ambições de continuidade e de futuro.

Francisco Ribeiro da Silva. «O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder», vol. I Porto 1983 p. 294.

prova complementar nas provas de doutoramento em História Moderna a que aquele docente se submeteu em Janeiro passado (e em que foi aprovado por unanimidade com distinção e louvor), pode considerar-se um «tema de ponta» no campo dos estudos historiográficos nacionais, além de constituir um campo praticamente intocado no plano da investigação histórica em Portugal.

social e historiográfica lhes coloca.

É assim que vamos, nos outros países, os historiadores recorrerem a livros de registo paroquial, a actas notariais e a testamentos para, através das assinaturas e dos sinais constantes dos documentos disponíveis, apurarem os índices dos que sabiam ler e escrever. No caso de Francisco Ribeiro da Silva, as fontes utilizadas foram (o que acontece pela

Relativamente às fontes rurais do termo do Porto (concelhos da Maia, Bouças — hoje Matosinhos —, Relações de Riba d'Áve, Aguiar de

Table with 31 rows and 1 column, labeled 'Dia', containing numbers 1 through 31.

Investigação científica Univ. Porto (Fac. Letras)

Calendar table with months: JAN, FEB, MAR, ABR, MAI, JUN, JUL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ.

